



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Relações étnico-raciais, povos indígenas, população negra, comunidades tradicionais e Políticas Sociais)

Ações e práticas antirracistas na extensão

Adriana de Andrade Mesquita¹
Jussara Francisca de Assis dos Santos²

RESUMO: Objetivamos contribuir para o debate e construção de estratégias, a partir de ações extensionistas, que possibilitem o enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, buscando problematizar as particularidades da formação social brasileira através do conceito de racismo estrutural. Baseia-se em relato de experiência das autoras que tem utilizado a extensão universitária como ferramenta para a formação e aprimoramento profissional numa perspectiva antirracista. Verificou-se que a extensão universitária é uma ferramenta potente para tal formação e ao ser articulada ao ensino e pesquisa apresenta condições importantes de contribuir para os desafios postos ao enfrentamento ao racismo por assistentes sociais.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social; Formação Profissional; Antirracismo; Extensão Universitária.

ABSTRACT: We aim to contribute to the debate and construction of strategies, based on extension actions, that make it possible to face racism in the professional daily life of social workers, seeking to problematize the particularities of Brazilian social formation through the concept of structural racism. It is based on an experience report by the authors who have used university extension as a tool for training and professional improvement in an anti-racist perspective. It was found that university extension is a powerful tool for such training and when it is articulated with teaching and search, it presents important conditions to contribute to the challenges posed to confront racism by social workers.

KEY WORDS: Social service; Professional qualification; Anti-racism; University Extension.

¹ Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Doutora em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento pela UFRJ, adriana.mesquita@ufop.edu.br

² Assistente Social, Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF Niterói - RJ, Doutora em Serviço Social pela UFRJ, jussaraassis@id.uff.br



1. INTRODUÇÃO:

O artigo busca contribuir para o debate e construção de estratégias, a partir de ações e práticas extensionistas, que possibilitem o enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, buscando problematizar as particularidades da formação social e histórica brasileira com ênfase no conceito de racismo estrutural. A metodologia é baseada em relato de experiência das autoras que tem utilizado a extensão universitária como ferramenta para a formação e aprimoramento profissional numa perspectiva antirracista.

Desde 2020, as autoras tem coordenado o Projeto de Extensão “Serviço Social: estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional” oferecido a assistentes sociais de todas as áreas e estudantes de Serviço Social, totalizando a marca de 65 cursistas concluintes, além de 04 estudantes de Serviço Social que estiveram a frente da monitoria. A partir de 2022, a proposta se expande e foi criado o Programa Interinstitucional de Enfrentamento ao Racismo (PROIER) cujo objetivo é contribuir para formação, capacitação e intervenção de profissionais que atuam nas diversas áreas das políticas sociais, a partir da luta contra o racismo e da defesa e garantia de direitos humanos emancipatórios, numa perspectiva de totalidade social através da interação dialógica entre as universidades envolvidas e demais setores da sociedade.

Tais frentes surgem a partir de nossas inserções e inquietações enquanto assistentes sociais, docentes e pesquisadoras dos temas que envolvem relações étnico-raciais e de gênero e formação e trabalho profissionais em Serviço Social. Ou seja, temos como base as experiências profissionais e acadêmicas de inserção na graduação, em núcleos e grupos de estudos e pesquisas em torno da questão étnico-racial, da vida política, influenciadas pelas construções e avanços realizados pela categoria (campanhas do conjunto CFESS/CRESS de combate racismo) e de participação em movimentos sociais antirracistas e antissexistas.

O Serviço Social brasileiro tem se debruçado na construção e efetivação de um projeto de profissão crítico voltado às reivindicações da classe trabalhadora. Logo, não há como enfrentar as questões que se apresentam no cotidiano profissional sem que se parta das condições concretas que se colocam na realidade, em sua totalidade social. No que se refere à realidade brasileira, se faz necessário compreender os mecanismos do racismo interseccionado às dimensões de classe e gênero para que a atividade profissional realizada nos diferentes espaços sócio-ocupacionais possa atingir de modo mais eficaz as demandas colocadas no cotidiano laboral. Importante pontuar que se trata de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que tem na “questão social” a base de fundação da



especialização de seu trabalho coletivo, que emergiu como profissão na sociedade capitalista em seu estágio monopolista.

E, com base na afirmação de Gonçalves (2018), que consideramos as particularidades da formação social brasileira, buscando sinalizar que

[...] a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro (GONÇALVES, 2018, p. 515).

Neste contexto, o presente trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, contextualizaremos o racismo a partir das particularidades da formação social brasileira. Em seguida, apresentamos alguns apontamentos de como o racismo dá bases estruturais à produção capitalista dependente no Brasil e, posteriormente, os avanços e desafios do Serviço Social neste processo. Por fim, apresentaremos algumas considerações diante das possibilidades que a extensão universitária, especialmente, voltada para assistentes sociais, possui no enfrentamento ao racismo.

2. A QUESTÃO DO RACISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Falar em racismo na sociedade brasileira leva-nos a problematizar as particularidades da formação social brasileira que se caracteriza pelo desenvolvimento tardio — e dependente — do capitalismo que se apropriou do racismo como eixo fundamental para o seu desenvolvimento. A particularidade da formação social brasileira deve ser analisada a partir dos processos de colonização, do escravismo e de capitalismo dependente.

As especificidades formadas no Brasil, tais como, a valorização dos homens, principalmente brancos, a sexualização da mulher negra, o genocídio da população negra, a divisão antagônica das classes burguesa e trabalhadora, caracterizaram a desigualdade social que se perpetua até os dias atuais. Como Florestan Fernandes (2006) coloca, para entender o cenário atual, é necessário fazer uma análise de compreensão do passado, sob quais pilares a construção da nação brasileira foi fundamentada. É importante uma outra leitura à nossa história, pois a versão da “história oficial” como tem sido repassada, anula ou deturpada as particularidades de nossa sociedade, o que leva à sociedade brasileira desconhecer o passado de sua nação, antes mesmo de se tornar uma, quando ainda era uma Colônia.

No Brasil, o processo de colonização foi marcado pelo saque e exploração dos recursos naturais do território brasileiro e, também, pela submissão, catequização, uso de violência e extermínio dos povos originários que aqui habitavam, sendo este confronto —



portugueses *versus* indígenas — “o primeiro problema, que se apresenta ao estudioso do escravismo colonial” (GORENDER, 1978, p. 53). Reforça-se, que o extermínio desses grupos é uma triste realidade que se perpetua até os dias atuais. Ou seja, desde o período colonial, os poderes econômico, político e social se mantiveram nas mãos de uma pequena classe, sendo que dentro dessa lógica, as Coroas subordinavam os colonizadores; os colonizadores subordinavam os senhores de engenho; e os senhores de engenho subordinavam os escravos, delimitando uma hierarquia social.

Além da exploração colonial e da submissão das elites agrárias brasileiras em relação à Europa, a presença do escravismo dos povos negros africanos neste processo de formação social brasileira e como o mesmo transformou-se na principal base de sustentação do período colonial, ocorreu, mais precisamente, a partir do ano de 1530. De acordo com Nascimento (2016, p. 43), “A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão [...]”. Localizados em todas as regiões do país, os africanos escravizados eram constantemente deslocados para atender as necessidades decorrentes de novas descobertas para o desenvolvimento do capitalismo europeu.

Vale reforçar, que o sistema escravocrata foi determinante na construção da economia e da nação brasileira, porém, os escravizados não eram ao menos considerados seres humanos, sendo submetidos ao racismo e ao uso de violência com requintes de extrema crueldade por parte tanto dos colonizadores — que os traficavam do litoral africano em direção ao litoral brasileiro —, quanto dos feitores e dos senhores de engenho. Para o autor Jacob Gorender (1978, p. 70), “trabalho e castigo são termos indissociáveis no sistema escravista”, visto que, uma característica marcante e que era considerada necessária e justa por essa sociedade, era o fato de conferirem “ao senhor o direito *privado* de castigar fisicamente o escravo”.

Contraditoriamente e, segundo palavras de Nascimento (2016, p. 45),

[...] esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação. [...] Essa rabulice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém, todas essas e outras dissimulações oficiais não conseguiram encobrir a realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas – ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mas sim pela força militar imperialista.

Nesse contexto, diversas estratégias foram idealizadas afins de branquear a população e controlar o seu crescimento, como por exemplo, “o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto”



(NASCIMENTO, 2016, p. 63), ou seja, os mulatos, os pardos, etc., sendo que este crime de exploração sexual da mulher negra continuou a se perpetuar por anos.

Historicamente falando, apesar de alguns autores, como Gilberto Freyre, buscarem formas de justificar, romantizar e negar, não há dúvidas que a escravidão, no Brasil, foi pautada no racismo, no abuso, na brutalidade e no genocídio contra a raça negra — não permitindo quaisquer aberturas para uma possível democracia ou igualdade racial —, sendo que estes tornaram-se mais complexos, estruturais, estratégicos e violentos no decorrer dos anos, mesmo após a Abolição da Escravatura no ano de 1888. A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão de obra escrava ainda possuía utilidade. E, posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas (NASCIMENTO, 2016, p. 13).

Importante evidenciar, conforme Nascimento (2016), que os escravizados africanos manifestavam sua inconformidade e sua recusa em relação as condições sociais que lhes eram compulsórias — seja através de protestos, revoltas, fugas ou até mesmo tentativas de suicídio. A exemplo disso, citamos a constituição dos diversos quilombos. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. No entanto, mesmo defronte à essas manifestações heroicas de amor e de liberdade à raça negra, muitos escravizados eram afetados “por uma patética paralisação da vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança” (NASCIMENTO, 2016, p. 53-54) e, conseqüentemente, acabavam se definhando.

Por isso, diante do debate que apresentamos aqui, contextualizar e problematizar o racismo a partir das particularidades da realidade social e histórica do capitalismo dependente brasileiro é essencial para decifrar as demandas que se colocam frente a “questão social” na cena contemporânea. Cena esta que exige e exigirá, tanto de assistentes sociais quanto de profissionais inseridas/os na operacionalização de políticas públicas, o conhecimento e o comprometimento com as práticas antirracistas, tendo em vista a grave crise estrutural no Brasil e no mundo. Cenário que impacta, fortemente, a população negra.



3. O RACISMO ENQUANTO PROCESSO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O arcabouço teórico metodológico adotado por parte considerável da profissão direciona-se para o entendimento totalitário dos sujeitos sociais. Este entendimento tem a necessidade de abarcar as desigualdades sociorraciais articuladas aos antagonismos de classe e gênero dada a particularidade da formação social brasileira entendida a partir do racismo estrutural.

Para compreender a engrenagem das relações raciais contamos com Munanga (2004, p. 08) que afirma que o racismo é “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. Tal assertiva é oportuna para entender o sentido sociológico de raça. Para o autor, o racismo toma traços, tais como, os culturais, os linguísticos e religiosos de um determinado grupo como inferiores. Sendo assim, “o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (MUNANGA; 2004, p. 08).

No que se refere ao conceito racismo estrutural, valemo-nos das contribuições de Almeida (2018), já que:

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas” (ALMEIDA, 2018, p. 38-39).

É necessário ressaltar que em nossas elaborações teórico-metodológicas consideramos os conceitos étnico e etnia evidenciando a não substituição destes pelo conceito raça. A contemplação de étnico e etnia se justifica pelo fato das nossas análises, também, privilegiar povos originários do que, atualmente, conformamos como Brasil. Logo, dialogamos com Cashmore (2000, p. 196), entendo que “um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas”. Quanto à etnia, a entendemos enquanto “um conjunto de indivíduos que têm em comum a ancestralidade, a língua, a religião ou cosmovisão, a cultura, morando geograficamente num mesmo território” (MUNANGA, 2004). A partir destas importantes considerações, procuramos identificar a funcionalidade do racismo em nossa sociedade através de dados



contundentes que evidenciam a realidade pela qual a população negra brasileira está inserida.

Os efeitos do racismo estrutural têm tomado contornos mais radicais à medida que a crise do sistema capitalista exige respostas, intensamente, severas como garantia de sua existência. Neste contexto, o chamado neoconservadorismo, representado pela “busca de legitimação da opressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana” (BARROCO, 2011, p. 210), incide, de forma mais intensa, sobre àquelas (es) tidas (os) como, historicamente, destituídas (os) de justiça social, econômica e política.

A relevância do debate étnico-racial na formação e trabalho de assistentes sociais pode ser justificada a partir das categorias trabalho e saúde, por exemplo. Com o objetivo de identificar como as desigualdades associadas a sexo, raça/cor e idade foram afetadas em termos de perda e de ganho de ocupação no Brasil na crise pandêmica de 2020, Costa, Barbosa e Hecksher (2021) utilizam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2012 e 2020 para constatar que ocorreu aumento intenso nas chances de sair da condição de ocupado para inatividade e redução das chances de conseguir um emprego. Neste processo mulheres, negros e jovens possuem maiores chances de perder a ocupação. Cabe dizer que a crise de 2020 acirrou um quadro histórico de desigualdade no mercado de trabalho em relação à população negra. Segundo Costa, Barbosa e Hecksher (2021, p. 31), “tanto o aumento na transição para desemprego/inatividade quanto a redução na entrada para ocupação foram um pouco mais intensas entre os negros em 2020”. Tais fatores demonstram o quanto à precariedade, informalidade e falta de perspectiva de acesso ao trabalho impactam o acesso à proteção social, que porventura limita ou anula possibilidades básicas de direitos como a aposentadoria.

No que tange à saúde, Araújo e Caldwell (2020), no artigo intitulado 'Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra?' e publicado pelo GT Racismo e Saúde da ABRASCO revelam que: '

Pouco mais de 12 milhões de brasileiros, a maioria negros, vivem em assentamentos urbanos anormais, das favelas do Rio de Janeiro às “periferias” de São Paulo. Essas áreas têm acesso inadequado à água e ao saneamento, dificultando o cumprimento das recomendações básicas de higiene, como lavar as mãos com sabão. Portanto, embora o impacto desigual da COVID-19 na população negra não tenha sido inevitável, ele não é surpreendente. O racismo que permeia quase todas as facetas da sociedade brasileira aumenta a exposição das pessoas negras ao vírus – depois reduz sua capacidade de obter atendimento de qualidade para mitigar os efeitos das formas graves da doença e até mesmo evitar a morte.

Em publicação recente e baseada em dados do Observatório Obstétrico Brasileiro, a Revista Gênero e Números (2022) informou que entre as gestantes e puérperas mortas com Covid-19, 54% são negras. O Brasil encabeça a lista de países onde mais ocorreram óbitos



de gestantes por Covid-19. Além disso, destaca-se que parte das mulheres gestantes e puérperas tiveram que se deslocar de suas cidades em busca de atendimento. De acordo com a matéria, dos 37% de gestantes e puéperas que necessitaram deslocar-se, 47% delas eram negras, o que demonstra que a peregrinação por atendimento aumentou durante o período pandêmico.

Outro dado de saúde importante, também, publicado pela Gênero e Números (2021) tem a ver com a infecção pelo vírus HIV em gestantes, pois em 2021, 64% das mulheres infectadas, são negras, ou seja, dos 4.280 casos notificados, 2.758 foram em mulheres negras (GUIMARÃES, 2021).

Pelo exposto, é preciso considerar que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica. É subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas dos cursos de Serviço Social um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da “secundarização” ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade (ABEPSS, 2018).

4. RACISMO E SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS E DESAFIOS

A elaboração de nosso programa de extensão universitária leva em consideração o avanço que o debate e ações relacionadas às temáticas das relações étnico-raciais alcançaram, nos últimos anos, no Serviço Social. Isso é fruto de um movimento de luta na categoria profissional, como colocado por Rocha (2014), por causa da “ausência do tema raça e etnia nas produções do Serviço Social”. Nesses movimentos de luta e resistência, importantes profissionais e pensadoras negras do Serviço Social são essenciais nesse processo. Dentre os diversos nomes, destacamos: Elizabete Pinto, Magali Almeida, Roseli Rocha, Ana Paula Procópio, Márcia Eurico, Sheila Almeida, Jussara Francisca Assis dos Santos, Raquel Gouveia, Jussara Lopes, Maria Helena Elpídio, Matilde Ribeiro, Suelma Deus, Teresa Martins, Cristiane Sabino Souza, entre outras.

Além disso, outros avanços aconteceram e estão em processo como o Código de Ética (1993) que demarca em seus princípios um exercício profissional que combata toda forma de opressão e discriminação. Uma prática que busque a “eliminação de todas as formas de preconceito”, que opte por um projeto profissional vinculado a construção de uma “nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” e, também, seja baseada no exercício profissional que não sofra discriminação nem discrimine por



questões de “classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”. Isso aponta o compromisso da categoria por um fazer profissional que contemple ações e práticas antirracistas. Logo, nossa experiência com a extensão universitária toma como referências as contribuições do Serviço Social brasileiro no que diz respeito ao enfrentamento ao racismo e formas correlatas de opressões.

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1996) incorporaram conteúdos obrigatórios nos currículos acadêmicos sobre a questão étnico-racial, que passou a ser considerada estruturante das relações sociais e que deve ser apreendida em sua complexidade histórica. Com as diretrizes ficou explícita a obrigatoriedade de se materializar nos currículos e projetos pedagógicos dos cursos disciplinas e atividades no ensino, pesquisa e extensão, que proporcionem o aprofundamento do debate sobre as questões étnico-raciais tanto na formação quanto na prática profissional de assistentes sociais.

No interior da ABEPSS houve, também, a importante criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, no ano de 2010, que se constituiu num espaço de discussão e produção de conhecimentos das temáticas apresentadas. O objetivo foi de “propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva de fortalecer as discussões acerca das temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social” (QUEIROZ *et al*; 2014, p. 233). Em dezembro de 2014, na Assembleia da ABEPSS, realizada em Natal-RN, por ocasião do XIV ENPESS, foi aprovada, por unanimidade, a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. O entendimento dessa necessidade parte da compreensão de que a “questão social” é mediada dialeticamente por tais relações.

Temos observado o aumento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações e teses produzidas acerca da temática, sobretudo, nas últimas duas décadas, impactando consideravelmente no número de publicações em revistas acadêmicas da categoria. Muitas pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas na área de Serviço Social, várias delas, inclusive, denunciando a ausência desse debate no âmbito da formação profissional.

Recentemente, por iniciativa da ABEPSS, foi elaborada a publicação “Subsídios para o Debate da questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social” (2020), e a gestão 2017-2020 do conjunto CFESS/CRESS³, lançou a campanha “Assistente Social no Combate

³ Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Estadual de Serviço Social.



ao Racismo”, resultando a publicação do livro com mesmo título em 2020. Além de lançarem a série “Assistente Social no combate ao Preconceito”, cujo caderno nº 03 trata sobre o racismo, sendo escrito por Roseli Rocha.

Destaca-se a criação da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo em 2020. De acordo com sua carta de princípios a Frente Nacional objetiva, a partir da articulação de Assistentes Sociais negras e negros, em âmbito nacional, fortalecer e avançar coletivamente em ações antirracistas. Para tanto, uma de suas diretrizes é a “ampliação e fortalecimento do debate étnico-racial, tanto no campo da formação (graduação e pós-graduação) quanto no exercício profissional” (FNASCR, 2020, p. 04).

Ao nos debruçarmos sobre as contribuições do Serviço Social no combate ao racismo, ressaltamos a importância das recentes publicações realizadas em importantes revistas acadêmicas a exemplo da Revista Libertas, volume 13 de 2013, a Revista Serviço Social & Sociedade nº 133 de 2018, a Revista Temporalis (2 volumes), nº 27 e 28 de 2014, a Revista Ser Social (UNB) nº 41, de 2017, a Revista Em Pauta (UERJ - 2 volumes), nº 45 e 46 de 2020. Além das citadas revistas destacamos os livros: “Racismo Estrutural, institucional e Serviço Social” (2020) organizado por Tereza Cristina Santos Martins e Nelmiere Ferreira da Silva e “Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate” (2021), organizado por Roseli Rocha, M^a Helena Elpídio e João Paulo da Silva Valdo. Neste processo, ressaltamos, também a articulação com as lutas e resistências antirracistas através das organizações CRIOLA (RJ), o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT, SP) e GELEDES - Instituto da Mulher Negra (SP).

Neste sentido, as ações de extensão encampadas pelas autoras visa coadunar com os avanços de ações e práticas antirracistas no meio profissional. Cabe ressaltar que de acordo com a Resolução do Ministério da Educação nº 7, de 18/12/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a mesma deve promover

[...] iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena (BRASIL, 2018).

A partir disso, houve o movimento de implementação do Programa de Extensão coordenado pelas autoras com a intenção de contribuir para o adensamento do debate sobre as relações étnico-raciais nas políticas públicas e sociais, no Brasil, entendendo que a população que mais acessa tais políticas é composta, majoritariamente, por pessoas negras, tendo em vista a formação social brasileira. Sendo a categoria profissional de assistentes sociais àquela que está presente na elaboração e operacionalização das políticas cabe questionarmos de que maneira a formação e o fazer profissional tem tido condições de intervir numa realidade onde o racismo é parte de sua estrutura.



Outro fator a ser considerado diz respeito ao precário reconhecimento de assistentes sociais negras em seus espaços socio-ocupacionais onde situações de desrespeito e descrédito ao trabalho realizado apresenta fortes contornos com base em discriminação racial. Por outro lado, percebe-se que a utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social prescinde de entendimentos mais aprofundados no que tange ao registro do quesito raça/cor, destacando seu sentido e sua funcionalidade relativa ao aprimoramento das ações de enfrentamento ao racismo nos espaços socio-ocupacionais.

Entendemos que a formação em serviço social ainda guarda muitas lacunas o que coloca a necessidade de investimento constante na formação profissional. Logo, as ações de extensão das quais temos proposto visa chamar a atenção para as relações étnico-raciais a partir de uma perspectiva totalitária para que assistentes sociais possam refletir sobre o fazer profissional, coibindo práticas discriminatórias e preconceituosas.

Em suma, o investimento tem ocorrido no sentido de contribuir para a ainda necessária inserção e aprofundamento da temática étnico-racial na formação profissional e para a discussão da mesma no cotidiano de trabalho de assistentes sociais. Neste cenário, o desafio que se coloca é o de demonstrar a importância do debate e das práticas antirracistas nos espaços sócio-ocupacionais. Sendo assim, a provocação realizada às pessoas participantes dos cursos de extensão tem sido o de construir projetos/programas/planos de intervenção que busquem materializar ações antirracistas, utilizando os referenciais bibliográficos estudados, os debates realizados pelas/os professoras/es colaboradora/es e pelas políticas de promoção da igualdade racial. Ao articularmos a extensão ao ensino e à pesquisa pretendemos fortalecer o aprofundamento das temáticas étnico-raciais nas disciplinas de graduação e pós-graduação strito e latu senso como preconiza o documento “Subsídios para o Debate da questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social” (2020).

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir do exposto, mesmo que com base em resultados parciais, analisamos que o projeto de extensão “Serviço Social: estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional” tem se apresentado como ação potente para o debate, a contextualização, a problematização acerca do racismo estrutural na sociedade brasileira e, com isso, tem contribuído para a construção de ações e práticas antirracistas. Os encontros realizados sinalizam a urgência da apreensão crítica da realidade social e histórica brasileira para apreensão do racismo estrutural e seus reatamentos na vida da população negra brasileira.



Verificamos que assistentes sociais precisam se debruçar na efetivação de seu projeto profissional crítico no cotidiano a partir das condições concretas que se colocam na realidade, em sua totalidade social. Num movimento de análise das situações concretas que pautem as contradições existentes na vida da população negra brasileira. Nas palavras de Roseli Rocha (CFESS, 2016, p. 16):

Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal.

Acreditamos que a proposta apresentada é de grande importância, relevância social e se apresenta como uma ação potente no combate ao racismo estrutural que perpassa a sociedade brasileira. Além disso, é possível afirmar que, num cenário de desmonte e ataque à educação pública, gratuita e de qualidade, ações extensionistas como esta, que visam dialogar e qualificar profissionais inseridos nos mais diversos espaços de atuação profissional, são expressões de resistência e de insurgência mediante uma realidade tão adversa.

Entendemos que a universidade tem um compromisso político com a população, sobretudo, àquela que mais tem sofrido os reveses do sistema capitalista. Para isso, identificamos as ações extensionistas como uma importante ferramenta para reconhecer o real compromisso do Serviço Social com o trabalho coletivo e o atendimento das necessidades sociais, tendo como base as relações étnico-raciais, levando em consideração os importantes marcos legais de promoção da igualdade racial no Brasil. Além disso, contribui para o necessário fortalecimento da articulação entre teoria e prática, tanto na formação quanto no fazer profissional.

Buscamos demonstrar o quanto é importante fugirmos de improvisações, tendo em vista a necessidade de intervirmos a partir para um trabalho planejado onde devemos incorporar a capacidade teleológica. Assim, a construção de projetos de intervenção que vislubrem soluções para além das requisições institucionais, fortalece o reconhecimento da profissão na complexa divisão sócio técnica de nosso trabalho, especialmente, levando em consideração o caráter racial e de gênero das quais estão inseridas as relações sociais.

Ressaltamos a necessidade de apropriação, por parte da profissão, de subsídios para o atendimento das demandas, cotidianamente, postas e que prescindem do entendimento de como a produção e reprodução da vida no Brasil tem relações radicais com o racismo. Para isso, reforçamos, também, que o compromisso político e ético do Serviço Social deve ocorrer a partir de estratégias que articulem o trabalho profissional com o sentido coletivo e democrático em torno da população que busca seus atendimentos, além do fortalecimento da dimensão interdisciplinar que coadune com o enfrentamento ao



racismo. Além disso, conhecer as legislações específicas do campo de trabalho do qual nos encontramos é fundamental neste caminho.

Por fim, evidenciamos a urgente necessidade de entendermos que a formação e o trabalho profissional comprometidos com práticas antirracistas necessita da “apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social” (CFESS, 2016, p.16). Conforme nos coloca Roseli Rocha (2016), esse movimento fortalece o projeto ético-político profissional, objetivando uma sociabilidade com valores emancipatórios, onde possamos vislumbrar uma realidade fora do julgo de discriminações, explorações e opressões de classe, gênero e raça. Sendo assim, a extensão universitária tem se mostrado uma ferramenta potente para tal formação e ao ser articulada ao ensino e pesquisa apresenta condições importantes de contribuir para os desafios postos ao enfrentamento ao racismo por assistentes sociais.

6. REFERÊNCIAS:

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

Acesso em 03 abr 2022.

_____. *Subsídios para o Debate da questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social*. ABEPSS: Brasília, 2018. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 03 abr 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: 2018. Disponível em:

http://www.proex.uff.br/docs/legislacao/Resolucao_CNE_07_2018_Diretrizes_Extensao.pdf.

Acesso em: 28 mar 2022.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO; Edna Maria de; CALDWEL, Kia Lilly. *Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra?* In: ABRASCO/GT Racismo e Saúde. FIOCRUZ, 2020.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 106, p. 205-218, jun. 2011.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CASHMORE, Ellis. et al. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Tradução de Dinah Kleve. São Paulo: Selo Negro, 2000.



CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Série Assistente Social no Combate ao Preconceito*, Caderno 03: Racismo. Texto elaborado por Roseli Rocha. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/confira-os-sete-cadernos-da-serie-assistente-social-no-combate-ao-preconceito/>. Acesso em: 03 abr 2022.

COSTA, Joana Simões; BARBOSA, Ana Luiza Neves De Holanda; HECKSHER, Marcos. Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19. In: *Texto para discussão*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA, Brasília: Rio de Janeiro, 2021, Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/210825_td_2684.pdf. Acesso em: 03 abr 2022.

FRENTE NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO. *Carta de princípios*. FNASCR, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/carta-principios-fretemcombateracismo.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de uma interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GUIMARÃES, Agnes Sofia. 64% das gestantes infectadas com o vírus HIV em 2021 são negras. In: *Gênero e Números*, 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/gestantes-negras-hiv/>. Acesso em: 01 abr 2022.

GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Escravidão-Colonial-Web.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

GONÇALVES, Renta. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259. Link: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?lang=pt&format=pdf#:~:text=Almeja%20Dse%20demonstrar%20que%20a,Rela%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A9tnico%20Draciais>. Acesso em: 03 abr. 2022.

MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmires Ferreira da (orgs.) *Racismo Estrutural, institucional e Serviço Social*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/racismo-estrutural-202006251609458647220.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. 2004. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2004. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>.

NASCIMENTO, Abdias. O Branqueamento da Raça: uma estratégia de genocídio (p. 83 a 92). In: *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. 3ª ed – São Paulo: Perspectivas, 2016.

QUEIROZ, Fernanda Marques de et all. *Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/ Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades: Breve Histórico e Desafios*. In: *Temporalis*. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

ROCHA, Roseli da Fonseca. *A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista*. In: ABRAMIDES; DURIGUETTO (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social – uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.



SILVA, Vitória Régia da; SACAGAMI; Victoria. Entre as gestantes e puérperas mortas por covid-19, 54% são negras: Mulheres negras são as mais impactadas e vulneráveis aos efeitos da covi-19. In: *Gênero e Números*, 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/gestantes-negras-covid/>. Acesso em: 01 abr 2022.